

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501318596M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis
IBAMA

CARGO:

Analista Ambiental – Cargo 2

TEMA 1:

Proteção, Conservação, Licenciamento,
Monitoramento e Qualidade Ambiental

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

1º SIMULADO – ANALISTA AMBIENTAL – CARGO 2 – TEMA 1: PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

A Ética nossa de cada dia Por Rogério Gava

1 Você vai ao restaurante com a família. Na hora da conta, vê
que o garçom se esqueceu de anotar parte do pedido. Dois pratos,
na verdade. Cem Reais. O diabinho em seu ombro esquerdo (ou
direito, tanto faz, o errado não tem lado) vibra de alegria. De con-
5 tentamento. De emoção. Que trouxas, vamos aproveitar logo, antes
que percebam. Eis, no entanto, que do ombro extremo acena o anjo
da boa conduta. Ele lhe diz que isso não vale a pena, pelo único e
simples motivo de não ser correto. Afinal, o pessoal do restaurante
trabalhou, são pessoas como você, estão aí, ganhando a vida, e não
10 se pode aproveitar das pessoas desonestamente. Não há nenhuma
lei que mande você avisar o garçom. Você não será preso se não o
fizer. Mas a essência do que denominamos de “ética” reside justa-
mente nesse aspecto crucial: “vedar o que a lei não veda”. Nenhuma
lei proíbe o egoísmo, a maldade, o ódio. Ninguém é preso por dese-
15 jar o mal a outrem. Quem me veda de ser um crápula não é a lei: é
a consciência de que isso é desprezível. A verdade é que há coisas
que a lei não veda, e que, no entanto, não devemos realizar. “Non
omne quod licet honestum est”, já diziam os romanos, ensinando
que “nem tudo o que é legal, é honesto”. A ética de um homem
20 deve ser mais exigente do que a legislação. Voltemos ao restau-
rante: você renuncia seu próprio interesse e adverte o garçom sobre
o erro. Você se proíbe de levar vantagem. Você impõe limite ao
próprio egoísmo. Isso se chama “ética”. Você “perdeu” cem Reais.
Com certeza seria ridicularizado por muitos. Que bobalhão! Ao sair
25 do restaurante, você se olha no espelho e fica satisfeito com quem
vê. Na verdade, você ganhou muito mais do que o valor que pa-
gou. Ética é generosidade; ética é compaixão. Ética é tolerância. É
colocar-se no lugar do outro e enxergar os interesses do todo acima
dos seus. É lembrar que, apesar das diferenças e acima delas, esta-
30 mos todos em um mesmo barco. A ética é a base de nossa socie-
dade democrática e só o que a mantém razoavelmente possível. Essa
ética, nascida no bojo da revolução humanista e que nos aquece até
hoje, tem como princípio supremo o respeito pelo outro, o que não é
fácil, egoístas que somos por natureza. A ética nos pede um esforço
35 sobre nossos desejos. Quando isso não acontece, instala-se o caos.
Veja a corrupção: no Brasil (e em vários países, é bom que se diga
sempre) ela grassa. Parece ser um vício universal. A corrupção con-
tamina. Vicia. É nojenta e perniciosa. E o que é a corrupção senão
a total falta de ética, de respeito e consideração por aqueles que vão
40 conosco pela estrada? Ética começa em casa. Começa no coração
de cada um de nós. A corrupção não mora só nos governos. Na po-
lítica. Ela mora no dia a dia, na escola, no estacionamento, nas ruas.
A ética torna nossa vida em sociedade minimamente possível. Sem
ética acabou-se o futuro. Sem ética estaremos no inferno.

(Disponível em: <https://www.integracaodaserra.com.br/cronica-rogeriogava-a-etica-nossa-de-cada-dia/> -).

1 Segundo o autor do texto, a essência da ética está em seguir as leis mesmo que estas não imponham limites ao egoísmo ou à maldade.

- 2 No trecho “É lembrar que, apesar das diferenças e acima delas, estamos todos em um mesmo barco”, o autor utiliza a metáfora do “mesmo barco” para reforçar a ideia de coletividade e interdependência na sociedade.
- 3 De acordo com o texto, a corrupção é apresentada como um fenômeno exclusivamente político, que contamina governos e suas práticas administrativas.
- 4 O texto “A Ética nossa de cada dia” pode ser classificado como um texto argumentativo, pois apresenta a opinião do autor acerca da importância da ética na vida cotidiana e utiliza exemplos concretos para sustentar seu ponto de vista.
- 5 Em “É lembrar que, apesar das diferenças e acima delas, estamos todos em um mesmo barco”, a expressão “em um mesmo barco” reforça a ideia de igualdade, indicando que todos enfrentam os mesmos desafios e possuem as mesmas responsabilidades sociais.
- 6 O texto “A Ética nossa de cada dia” apresenta intertextualidade com a expressão latina “Non omne quod licet honestum est”, ao reforçar a ideia de que nem tudo o que é permitido pela lei é moralmente aceitável.
- 7 A reescrita do período “A ética é a base de nossa sociedade democrática e só o que a mantém razoavelmente possível” para “A ética, como base de nossa sociedade democrática, é o único elemento que a torna minimamente viável” preserva tanto os sentidos quanto a correção gramatical do original.
- 8 O período “Quem me veda de ser um crápula não é a lei: é a consciência de que isso é desprezível” poderia ser reescrito como “O que me impede de ser um crápula é a consciência de que isso é desprezível, e não a lei”, sem prejuízo do significado original e da correção gramatical.
- 9 No trecho “Você se proíbe de levar vantagem”, o termo “de levar vantagem” funciona como complemento do verbo “proíbe”, exercendo a função de objeto direto.
- 10 No trecho “É colocar-se no lugar do outro e enxergar os interesses do todo acima dos seus”, o termo “no lugar do outro” exerce a função de adjunto adverbial de lugar.
- 11 No período “É colocar-se no lugar do outro e enxergar os interesses do todo acima dos seus”, a função conativa predomina, já que o autor busca persuadir o leitor a adotar um comportamento ético e altruísta.
- 12 No excerto “Não há nenhuma lei que mande você avisar o garçom”, a oração subordinada adjetiva expressa uma ideia explicativa, pois esclarece o antecedente “nenhuma lei”.

- 13 No trecho “Quem me veda de ser um crápula não é a lei: é a consciência de que isso é desprezível”, o uso dos dois-pontos é facultativo, podendo ser substituído por uma vírgula sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido do texto.
- 14 Na redação oficial, o emprego de pronomes de tratamento como “Vossa Senhoria” é apropriado para se dirigir a ministros de Estado.
- 15 A objetividade é um dos princípios fundamentais da redação oficial, devendo-se evitar expressões vagas ou ambíguas que possam comprometer a clareza da mensagem.

Noções de Tecnologia da Informação

Leonardo Vasconcelos

- 16 O worm é uma praga virtual que, ao contrário do vírus, não necessita infectar um arquivo existente para se propagar, utilizando vulnerabilidades em redes para se espalhar automaticamente entre computadores.
- 17 No Google Chrome e no Microsoft Edge, é possível organizar os favoritos em pastas personalizadas, mas apenas o Edge permite a sincronização automática de favoritos entre dispositivos usando uma conta vinculada.
- 18 No sistema operacional Windows 11, ao pressionar simultaneamente as teclas Windows + D, todas as janelas abertas são minimizadas, exibindo a área de trabalho, e, ao pressionar o atalho novamente, as janelas minimizadas são restauradas ao estado anterior.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – 5 Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – parte operacional. 6 Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). 7 Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011 e Decreto n. 7.724/2012). 8 Serviços públicos digitais. 9 Noções de Inteligência Artificial. 9.1 Conceitos Básicos de Inteligência Artificial. 9.2 Aplicações de Inteligência Artificial. 9.3 Técnicas e Algoritmos de IA. 9.4 Impactos da Inteligência artificial

Rafael de Oliveira

- 19 O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), utilizado por órgãos públicos para gestão documental, deve obrigatoriamente atender aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), como a finalidade, a necessidade e a transparência, garantindo a segurança das informações pessoais armazenadas no sistema.
- 20 De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), é dever dos órgãos públicos divulgar, de forma proativa, informações de interesse coletivo, utilizando preferencialmente meios digitais para facilitar o acesso por parte da sociedade.

- 21 Uma das principais preocupações éticas relacionadas ao uso de Inteligência Artificial (IA) em serviços públicos é a transparência das decisões automatizadas. A ausência de explicação clara para os critérios utilizados por algoritmos pode gerar desconfiância por parte da sociedade.

Língua Inglesa

Alexandre Hartmann

Text

In a workplace that increasingly consists of knowledge workers, who are increasingly in remote or hybrid arrangements, collaboration has evolved from something that employees experienced in the office five days a week to something that needs to be coordinated, mostly virtually, with help from the IT and HR functions. Today, artificial intelligence is embedded into technology solutions from providers like HP, Zoom, Atlassian and Asana to reduce meeting obligations and enable smoother collaboration for a working world that is friendlier to remote work.

“We could be heading into a really creative area of work where we're solving really complex challenges that today or until the recent past were too hard to solve because of the coordination,” Annie Dean, vice president of Team Anywhere at Atlassian, told Newsweek.

With the proliferation of flexible work arrangements over the last five years, re-creating workstreams in a fully virtual environment has become a key challenge that businesses need to get right. Keeping distributed employees engaged and productive requires different tactics from the time when everyone was in the office every day.

“One of the things we learned is that work can be done differently than it historically had been. Yet the challenge is, then we had to define the framework,” Melissa DiMuro, chief people, culture and marketing officer at Limbach, a 1,300-person building services company, told Newsweek. “In the past, you could manage just by walking down the hall, or, in our case, to large job sites. Today, leaders have to set outcomes and objectives more intentionally.”

Using AI and machine-learning technology, a variety of tools are available to summarize meetings so you don't have to attend every one and to enable asynchronous communication and collaboration (such as whiteboarding and version management). You can also provide status checks and even guidance on next Steps for projects and organizational goals, with the ability to create AI agents to support rapid access to information and to help advance different policies, processes and procedures.

Many of these tools have been crucial for remote and hybrid workers.

“Flexible work is great,” Smita Hashim, chief product officer at Zoom, told Newsweek. “It's also very noisy. So, how do you free up the mental space to really be human and connect with each other on the creative side, or on serving customer needs? That's where AI can play a huge role.”

Source: <https://www.newsweek.com/how-ai-helping-workers-collaborate-more-human-level-2011768>

According to the preceding text, judge the following items.

- 22 It is correct to conclude from the text that AI has thoroughly replaced the need for human coordination in remote work.
- 23 It is implied in the text that companies need to revisit their management strategies in remote and hybrid environments.
- 24 The linking word ‘Yet’ in ‘Yet the challenge is, then we had to define the framework’ (paragraph 4) conveys the idea of similarity.
- 25 The pronoun ‘we’ in ‘we had to define the framework’ (paragraph 4) refers to employees working in traditional office settings.
- 26 The text points out that AI can help reduce noise and free up mental space for creative tasks and customer service.

Ética no Serviço Público

Glauber Marinho

Em relação à ética e ao assédio no serviço público, julgue os itens.

- 27 “Ética” é uma palavra que, etimologicamente, remete ao significado de hábito, costume.
- 28 O assédio sexual é uma forma de abuso de poder no local de trabalho e pode ocorrer por chantagem ou por intimidação.
- 29 Para a configuração da prática de assédio sexual ela precisa ocorrer, especificamente, dentro do local de trabalho.
- 30 O assédio moral pode ser definido como exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, ainda que de maneira pontual, nas relações socioprofissionais.
- 31 Conforme o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, entende-se por agente público(a) do Ibama aqueles(as) que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico ou administrativo, prestem serviços ao Ibama de natureza permanente e temporária, excluindo-se a atuação excepcional ou eventual.
- 32 Nos termos das Regras Deontológicas, deixar cidadão(ã) à espera de atendimento de responsabilidade de servidor(a) é ato de desumanidade, porém não configura dano moral a quem demanda pelo serviço.

Noções de Gestão Pública

Rafael Barbosa

- 33 O orçamento participativo é uma ferramenta de gestão pública que permite a participação direta dos cidadãos na definição das prioridades de investimento, fortalecendo a democracia e a transparência na administração pública.
- 34 O governo eletrônico (e-gov) consiste exclusivamente na disponibilização de informações públicas em portais online, sem a oferta de serviços digitais ou interação com os cidadãos.
- 35 A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece que todos os órgãos públicos devem divulgar informações de interesse coletivo, exceto aquelas classificadas como sigilosas por razões de segurança nacional ou proteção de dados pessoais.
- 36 O controle social é exercido exclusivamente por órgãos governamentais, sem a participação direta da sociedade civil na fiscalização das ações do poder público.
- 37 Accountability refere-se à obrigação de os gestores públicos prestarem contas de suas ações e decisões, garantindo transparência e responsabilização perante a sociedade.
- 38 A excelência nos serviços públicos é alcançada apenas com a modernização tecnológica, sem a necessidade de capacitação dos servidores ou melhoria nos processos de gestão.

Noções de Direito Constitucional

Maria Júlia

- 39 João, governador de determinado estado da federação, decidiu incluir na Constituição Estadual uma invocação à proteção de Deus, alegando que o Preâmbulo da CF/88 contém essa menção. Nesse caso, a inserção da invocação é constitucionalmente obrigatória.
- 40 A casa é asilo inviolável do indivíduo, não podendo ser penetrada sem consentimento do morador, salvo em casos excepcionais, como flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou ordem judicial durante o dia. Entretanto, a proteção do domicílio não se estende a quartos de hotéis temporariamente ocupados.
- 41 O direito de reunião é assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo vedada qualquer exigência de aviso prévio às autoridades competentes.
- 42 Em relação ao sigilo bancário, a Constituição Federal prevê que apenas com autorização judicial órgãos como a Receita Federal e o COAF podem acessar informações financeiras de contribuintes.
- 43 A criação, incorporação, fusão e desmembramento de Estados exige a aprovação da população diretamente interessada por meio de plebiscito e do Congresso Nacional por lei complementar. Já para a criação de Municípios, basta a edição de uma lei estadual.

- 44 João, cidadão brasileiro, ajuizou ação pedindo indenização por danos morais após a divulgação de uma matéria jornalística verídica, alegando que seu direito ao esquecimento foi violado. Nesse caso, com base no entendimento do STF, o pedido deve ser rejeitado, pois o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição.

Noções de Direito Administrativo

Maria Júlia

- 45 Maria, servidora pública federal, foi eleita para o cargo de vereadora em seu município. Como não há compatibilidade de horário entre sua função pública e o mandato eletivo, ela deverá ser afastada do cargo público, podendo optar por continuar recebendo sua remuneração como servidora.
- 46 Uma empresa de tecnologia sediada nos Estados Unidos, que oferece serviços online para usuários brasileiros, não está sujeita às regras da LGPD, pois sua sede está localizada fora do Brasil.
- 47 O silêncio da administração pública equivale sempre à aceitação do pedido do administrado.
- 48 O agente público somente poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa se sua conduta for dolosa, ou seja, se houver vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei. A mera voluntariedade do agente não é suficiente para a configuração do dolo.
- 49 A modalidade pregão deve ser adotada sempre que o objeto da licitação possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. No entanto, essa modalidade não se aplica a contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, salvo em casos específicos previstos na legislação.
- 50 O Município Beta, visando otimizar a prestação de serviços públicos, decide criar um órgão especial para atuar na gestão de transportes públicos. Como esse novo ente será criado por uma lei municipal específica e atuará de forma descentralizada, ele será classificado como uma entidade da Administração Indireta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Ambiental

Augusto Moreli

Nos termos da Lei n. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que instituiu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e delineou suas atribuições e competências, julgue o item a seguir.

- 51** A criação do Ibama visou a descentralização das atividades de proteção ambiental, permitindo que estados e municípios exerçam autonomia em sua gestão ambiental, sem a necessidade de articulação com o órgão federal.

Acerca da Lei n. 9.966/2000 dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas definições; a respeito disso, julgue o item a seguir.

- 52** O Plano de Emergência é um conjunto de procedimentos e ações que visam à integração dos diversos planos de emergência setoriais, bem como a definição dos recursos humanos, materiais e equipamentos complementares para a prevenção, controle e combate da poluição das águas.

De acordo com o Decreto n. 12.044/2024, que institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia, julgue o item seguinte.

- 53** Uma das principais diretrizes do Decreto é o incentivo à inserção das mulheres e dos jovens na bioeconomia.

O Decreto n. 9.470/2018, que aprova a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, um tratado internacional que visa proteger a saúde humana e o meio ambiente da poluição por mercúrio e seus compostos. Considerando os dispositivos do referido decreto e os objetivos da Convenção de Minamata, julgue o item a seguir.

- 54** A assinatura da Convenção de Minamata pelo Brasil implica automaticamente na revogação das legislações nacionais anteriores referentes ao controle do mercúrio, uma vez que o tratado prevalece sobre as normas internas.

Com base na Lei n. 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, julgue o item a seguir.

- 55** Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

De acordo com a Lei n. 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, julgue o item a seguir.

- 56** O Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) compreende sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações e deve contemplar barragens em construção, em operação e desativadas.

Proteção de Recursos Genéticos

Wilson Garcia

- 57** O Decreto n. 5.705/2006 regulamenta medidas para assegurar a proteção do patrimônio genético e o respeito ao conhecimento tradicional associado.

- 58** O Protocolo de Cartagena trata exclusivamente da utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs) para fins industriais.

- 59** A Lei n. 11.460/2007 estabelece penas específicas para ilícitos envolvendo a segurança e fiscalização de OGMs.

- 60** As Resoluções Normativas n. 26/2020 e n. 37/2022 da CTNBio regulamentam o uso de OGMs no Brasil, considerando os critérios de biossegurança.

- 61** O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) é o órgão responsável pela fiscalização de ilícitos relacionados à utilização indevida de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

- 62** O Brasil é signatário do Protocolo de Cartagena, comprometendo-se a implementar medidas que garantam a biossegurança no uso de OGMs.

Proteção da Fauna

Renato Pulz

- 63** Na taxonomia e identificação de espécies, é utilizada a classificação binomial, um sistema universal de nomenclatura de espécies que utiliza um gênero e um nome específico, também chamado de epíteto específico.

- 64** Antes da Constituição Federal, não havia nenhuma norma de proteção animal em nosso ordenamento jurídico.

- 65** A Constituição Federal veda a crueldade contra os animais, mas ressalva que qualquer prática desportiva que utilize animais não será considerada cruel.

- 66** Espécies exóticas invasoras representam uma das maiores ameaças ao meio ambiente, com enormes prejuízos à economia, à biodiversidade e aos ecossistemas naturais, além dos riscos à saúde humana.

- 67 O *Sus scrofa scrofa*, o *Achatina fulica* e o *Tubastraea coccinea* são espécies exóticas invasoras no Brasil.
- 68 Apesar da proibição da caça no Brasil, a Lei de Crimes Ambientais permite o abate de animal sempre que for para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais.

Proteção de Recursos Pesqueiros

Renato Pulz

- 69 Os recursos pesqueiros são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura.
- 70 O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória ou periódica, desde que não de forma permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção de espécies, áreas ou ecossistemas ameaçados; do processo reprodutivo das espécies e de outros processos vitais para a manutenção e a recuperação dos estoques pesqueiros; da saúde pública; do trabalhador.
- 71 As técnicas de cerco e arrasto são típicas da pesca artesanal, por serem transmitidas entre as gerações de pescadores.
- 72 É uma infração administrativa gravíssima a conduta de pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- 73 A pesca ilegal do pargo (*Lutjanus purpureus*) é um dos fatores que contribui para a ameaça de extinção dessa espécie, pois devido à pesca excessiva e irregular sua população vem diminuindo, além disso, muitas vezes, a quantidade exportada dessa espécie ultrapassa os volumes oficialmente registrados, o que evidencia a necessidade de controles mais rigorosos para coibir a pesca ilegal e proteger a espécie.
- 74 Há publicação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontando que os impactos da pesca no ecossistema marinho podem ser comparados aos da agropecuária no ambiente terrestre e afetam o equilíbrio ecológico em escala global.

Comércio Exterior

Júlio Santos

O comércio exterior é uma atividade econômica fundamental que envolve a troca de bens e serviços entre países, promovendo o desenvolvimento econômico e a integração global. Dentro desse contexto, o território aduaneiro e o controle de operações desempenham um papel importante na regulação do fluxo de mercadorias nacionais e internacionais.

A respeito desse tema e todos os aspectos relacionados, julgue os itens a seguir.

- 75 O território aduaneiro é uma área definida onde as operações de comércio exterior estão sujeitas a regulamentações específicas.

- 76 A CITES é uma convenção que se aplica apenas ao comércio de espécies ameaçadas de extinção, sem considerar as práticas de manejo sustentável.
- 77 Os regimes aduaneiros especiais, como a admissão temporária, têm como objetivo principal a desoneração fiscal das operações de comércio exterior.
- 78 A Portaria n. 38 da SECEX e a Portaria n. 23/2011 do MDIC estabelecem diretrizes que visam aumentar a competitividade do comércio exterior brasileiro.
- 79 A implementação de medidas de controle aduaneiro, como a verificação de documentos e a inspeção física de mercadorias, pode ser vista como um obstáculo ao comércio exterior.
- 80 O regime de exportação temporária permite que produtos sejam enviados para fora do país sem a necessidade de pagamento de impostos, desde que retornem ao Brasil dentro de um determinado prazo.
- 81 As diretrizes estabelecidas pela Portaria n. 38 e a Portaria n. 23/2011 têm um papel importante na modernização do comércio exterior brasileiro.

Incêndios Florestais

Júlio Santos

O manejo do fogo em ecossistemas é um tema de crescente relevância, especialmente em contextos de mudanças climáticas e pressões antrópicas. A Lei n. 14.944/2024 estabelece diretrizes para o uso do fogo nas atividades agrícolas. A Ecologia do Fogo emerge como um campo de estudo essencial e o entendimento dos fundamentos e dos regimes de fogo, assim como das adaptações fisiológicas das plantas, é vital para a implementação de práticas eficazes de manejo e prevenção de incêndios florestais.

Tendo como referência o tema destacado, julgue os itens a seguir.

- 82 O conceito de “fogo prescrito” é aplicado exclusivamente em atividades agrícolas, sem relação com o manejo de ecossistemas naturais.
- 83 Os fundamentos da Ecologia do Fogo incluem a análise da frequência, da intensidade e da época de ocorrência dos incêndios, fatores que são essenciais para compreender a dinâmica dos ecossistemas.
- 84 A Lei n. 14.944/2024 proíbe o uso do fogo em todas as práticas agrícolas, sem exceções, mesmo em situações que possam beneficiar a recuperação de áreas degradadas.
- 85 A fragmentação de habitats causada por incêndios florestais pode levar ao isolamento de populações de fauna, aumentando o risco de extinção de espécies endêmicas.
- 86 O monitoramento de focos de calor por satélites é capaz de distinguir, com precisão absoluta, entre queimadas controladas e incêndios criminosos.

- 87** Os impactos do fogo nos ecossistemas abrangem não apenas a vegetação, mas também a fauna, o solo e os recursos hídricos, refletindo uma interconexão complexa entre esses componentes.
- 88** A emissão de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de incêndios florestais é considerada insignificante em comparação com outras fontes antropogênicas, como a queima de combustíveis fósseis.

Emergências Climáticas e Ambientais

Júlio Santos

As mudanças climáticas globais emergem como um dos desafios mais urgentes do século XXI, afetando internamente não apenas a biodiversidade do planeta, mas também as estruturas socioeconômicas e a segurança alimentar em escala global.

No contexto brasileiro, a gestão de emergências ambientais se torna ainda mais imperativa diante do aumento da frequência e intensidade de desastres, como derramamentos de óleo e rompimentos de barragens. A resiliência climática, que envolve a capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos, é um conceito central na redução de riscos e na proteção tanto dos ecossistemas quanto das comunidades vulneráveis.

Analise as assertivas a seguir e julgue-as.

- 89** A premissa de que as mudanças climáticas são exclusivamente atribuíveis às atividades antrópicas é correta, se tomarmos como referência as percepções dos cientistas céticos.
- 90** O IPCC, enquanto organismo científico, fornece avaliações e informações fundamentais sobre mudanças climáticas, mas carece de autoridade regulatória para implementar políticas.
- 91** A abordagem de resiliência climática limita-se às estratégias de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, desconsiderando a necessidade de adaptação aos impactos climáticos já em curso.
- 92** Os desastres ambientais recentes, como o rompimento de barragens no Brasil, sublinham a urgência de um sistema de gestão de emergências mais eficaz e integrado, capaz de responder a eventos extremos.
- 93** As ações de prevenção e resposta a desastres ambientais no Brasil são amplamente apoiadas por tecnologia avançada, que garante um monitoramento eficaz das áreas de risco.
- 94** O IPCC é uma entidade que tem a capacidade de impor sanções a países que não cumpram as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.
- 95** As comunidades que implementam práticas de gestão sustentável da água são mais resilientes a secas e inundações, pois conseguem conservar recursos hídricos e controlar a erosão do solo.

Processo Sancionador Ambiental

Augusto Moreli

Acerca da Portaria n. 1.369/2020, que institui, no âmbito do Ibama, a Equipe Nacional de Instrução de processos de apuração de infrações ambientais, regulamenta o seu funcionamento, dispõe sobre normas procedimentais complementares e dá outras providências, julgue o item a seguir.

- 96** As atividades de instrução e julgamento de processos de apuração de infrações ambientais observam os princípios que regem e informam a Administração Pública, o direito administrativo sancionador e a responsabilidade administrativa ambiental, prezam pelo caráter técnico das suas avaliações e manifestações, primam pela legalidade, ampla defesa e contraditório e são pautadas na busca pela verdade material dos fatos.

Acerca da Instrução Normativa Ibama n. 8/2024, julgue o item a seguir.

- 97** A aplicação de medida de embargo tem por objetivos impedir a continuidade do dano ambiental, mas não propicia a regeneração do meio ambiente e a viabilidade à recuperação da área degradada.

Com base no Decreto n. 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, julgue o item seguinte.

- 98** A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

Acerca da Lei n. 7.735/1989, que dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, julgue o item a seguir.

- 99** Uma das principais finalidades do Ibama é implementar a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo nas terras indígenas, nos territórios reconhecidos de comunidades quilombolas e outras comunidades, nos assentamentos rurais federais e nas demais áreas da União administradas pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público, em parceria com os órgãos e entidades gestores correspondentes.

De acordo com a Instrução Normativa n. 19/2023, que regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, julgue o item seguinte.

- 100** Entende-se por termo próprio de notificação, emitido por agente ambiental federal e estadual, o documento que formaliza a adoção de medidas que têm como propósito obter informações, esclarecimentos e documentos acerca do objeto da ação fiscalizatória, relatar a impossibilidade ou recusa de nomeação de depositário de bem apreendido ou exigir do administrado providências que visem à regularização, correção ou adoção de ações de controle para cessar degradação ambiental.

Licenciamento Ambiental Federal

Júlio Santos

O licenciamento ambiental federal é um processo fundamental no Brasil, responsável por regular atividades que podem causar impactos ao meio ambiente.

Este mecanismo visa garantir que projetos e empreendimento sejam avaliados quanto a suas consequências ecológicas, sociais e econômicas, promovendo um desenvolvimento sustentável. O planejamento ambiental e territorial deve considerar a vocação e o uso do solo, integrando práticas urbanísticas que respeitem a diversidade.

Em relação a esse tema, indique se as assertivas a seguir estão certas ou erradas.

- 101** A dinâmica e mudança social em comunidades afetadas por grandes empreendimentos podem ser analisadas por meio de teorias sociais específicas.
- 102** A avaliação de impacto ambiental (EIA) deve considerar não apenas os impactos diretos, mas também os indiretos e cumulativos.
- 103** A análise da dinâmica populacional, incluindo a transição demográfica, é fundamental para o planejamento ambiental.
- 104** A etnologia brasileira proporciona uma compreensão mais rica sobre a diversidade cultural, que deve ser considerada no planejamento ambiental e territorial.
- 105** A análise de risco no contexto do licenciamento ambiental deve incluir apenas riscos ecológicos.

Biodiversidade e Florestas

Anderson Bezerra

- 106** O Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD). O Decreto n. 2.741, de 20 de agosto de 1998, promulga esta convenção e apresenta como definição de “desertificação” a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas.
- 107** A Conservação Biológica é uma ciência multidisciplinar que busca garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade. Entre as estratégias de conservação, a conservação *ex situ*, realizada fora do habitat natural das espécies, é priorizada pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), pois apresenta maior eficiência na preservação dos recursos genéticos em longo prazo.

108 A relação entre florestas e mudanças climáticas é multifacetada, pois envolve tanto a mitigação quanto a adaptação aos impactos do aquecimento global. Nesse contexto, a restauração de áreas florestais degradadas promove a recuperação dos serviços ambientais associados à regulação do clima e ao sequestro de carbono. No entanto, estudos indicam que, independentemente da composição florística ou do estágio sucessional da floresta restaurada, a capacidade de absorção de carbono e a estabilidade ecológica são equivalentes às de florestas primárias.

109 No exercício do poder de polícia administrativa, a destruição de produtos e instrumentos utilizados em infrações ambientais, como madeira ilegalmente extraída e equipamentos de desmatamento, só poderá ser realizada após a instauração de processo administrativo, garantindo ampla defesa ao infrator.

110 O estudo da “Nova Economia da Amazônia” destaca a importância da floresta em pé como estratégia essencial para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, a preservação da biodiversidade e a garantia dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Além disso, análises econômicas demonstram que a conservação da floresta e a valorização de cadeias produtivas sustentáveis proporcionam maior retorno econômico de longo prazo em comparação com atividades predatórias, como pecuária extensiva e monoculturas.

Qualidade Ambiental

Augusto Moreli

A qualidade ambiental é um conceito que abrange diversos aspectos relacionados à saúde dos ecossistemas e ao bem-estar humano. Sobre a qualidade ambiental, julgue o item a seguir.

111 A avaliação da qualidade ambiental deve considerar apenas os fatores químicos presentes em um determinado ecossistema, desconsiderando fatores físicos e biológicos, uma vez que estes não influenciam diretamente na saúde do ambiente.

Acerca da Resolução CONAMA n. 452/2012, que dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, julgue o item a seguir.

112 Resíduos Inertes – Classe IIB são quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10.007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10.006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor, conforme Anexo G da ABNT NBR 10.004.

Com base na Resolução CONAMA n. 420/2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas, julgue o item seguinte:

- 113** Com vista à prevenção e controle da qualidade do solo, os empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas deverão, a critério do órgão ambiental competente implantar programa de monitoramento de qualidade do solo e das águas subterrâneas na área do empreendimento e, quando necessário, na sua área de influência direta e nas águas superficiais.

De acordo com a Resolução CONAMA n. 267/2000, que dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio, julgue o item a seguir.

- 114** É proibida, com os países não signatários do Protocolo de Kyoto, a importação e exportação de quaisquer das substâncias controladas ou de produtos/equipamentos que as contenham.

Acerca da Resolução CONAMA n. 416/2009, que dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, julgue o item a seguir.

- 115** A licença ambiental dos destinadores de pneus inservíveis deverá especificar a capacidade instalada e os limites de emissão decorrentes do processo de destinação utilizado, bem como os termos e condições para a operação do processo.

Monitoramento Ambiental

Renato Pulz

- 116** O monitoramento ambiental integra a Política Nacional de Meio Ambiente sendo uma importante ferramenta utilizada para coletar informações de forma contínua, com a finalidade de acompanhar as alterações ambientais, sejam consequentes da interferência humana ou de mudanças naturais.
- 117** Os desmatamentos e queimadas são atividades que geram impactos negativos para a sociedade e o meio ambiente, ameaçam espécies da fauna e da flora com a destruição de habitats, por isso o monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite permite maior eficiência das políticas públicas voltadas à conservação e uso sustentável destes biomas e de fiscalização e controle da aplicação da legislação ambiental pertinente.
- 118** No monitoramento ambiental, são usados sensores ativos e passivos, sendo os ativos aqueles que detectam a radiação solar refletida ou a radiação emitida pela superfície terrestre.
- 119** Uma função que um Sistema de Informação Geográfica (SIG) realiza é o buffer, que pode ser usado, por exemplo, para a criação de uma zona de amortecimento ao redor de uma unidade de conservação ou na delimitação de áreas de preservação permanentes (APPs).
- 120** A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) pode ser definida como o “conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal”.

Discursiva

Letícia Bastos

TEXTO I

“A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo, abrangendo desde a proteção da fauna até a criação de órgãos de fiscalização como o Ibama. Leis como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) e a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998) têm um papel fundamental na preservação dos recursos naturais, mas sua eficácia depende diretamente de uma fiscalização robusta e de uma sociedade engajada.”

(Fonte: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Relatório de Gestão Ambiental, 2022.)

TEXTO II

“Os desafios para a implementação da legislação ambiental no Brasil incluem desde a insuficiência de recursos financeiros e humanos para fiscalização até a resistência de setores econômicos. Apesar disso, instrumentos como o Decreto n. 6.514/2008 e a Lei n. 9.966/2000 mostram avanços no combate a infrações e na proteção dos ecossistemas marinhos, evidenciando a necessidade de um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.”

(Fonte: Revista Direito Ambiental, edição especial, 2023.)

Sendo os textos acima unicamente motivadores, redija um texto dissertativo em que você aborde necessariamente sobre:

- 1) Explique a importância das leis ambientais brasileiras, destacando seus objetivos e o papel de normas como a Lei de Proteção à Fauna (Lei n. 5.197/1967) e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). [Valor: 6,50 pontos]
- 2) Analise os principais desafios para a aplicação da legislação ambiental no Brasil, considerando questões como fiscalização, recursos financeiros e resistência de setores econômicos. [Valor: 6,50 pontos]
- 3) Discuta como instrumentos legais, como a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998) e o Decreto n. 6.514/2008, podem contribuir para a preservação ambiental e para a conscientização da sociedade. [Valor: 5,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

1º SIMULADO

ANALISTA AMBIENTAL – CARGO 2

TEMA 1: PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

Gabarito

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva